

PLENARIO

- ORDEM DE TRABALHOS -

1º - INFORMAÇÕES

1.1. Informação sobre a actividade da Coordenadora

1.2. Informações das empresas ao Plenário

1.3. Corrupção; Ligações do Grupo com

O Regime Deposto  
A Hierarquia da Igreja  
O Imperialismo Internacional

1.4. Estratégia do Grupo face ao sistema político

2º - FUTURO DO GRUPO CUE

3º - FORMAS ORGANIZATIVAS A ADOPTAR  
FACE A ACTUAL SITUAÇÃO

3.1. Controle operário

3.2. Capacitação

3.3. Organizações populares democráticas de base

4º - AVANÇO PARA O SOCIALISMO; PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA



PROPOSTA

(Pretende que fique como adenda à moção do anexo 2 - Ponto 1)

A SONADEL propõe para que seja expropriado todo o capital ao patronato ou seja nacionalização sem indemnização

Assina: Jorge Santos

5.7.75

Assim, consciente da gravidade do momento actual esta Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF, propõe que seja enviada aos órgãos do poder, uma moção, que consideram devera ser devidamente ponderada pelos mesmos órgãos:

- Considerando que a única via que os trabalhadores desejam seguir é a via inequívoca de construção do socialismo científico,
- considerando que para isso e por isso, é necessário que sejam tomadas medidas urgentes e definitivas, sobre o sistema económico,
- considerando que as massas trabalhadoras já estão fartas de suportar todas as discriminações e que já é tempo de voltar os olhos, strictamente para os seus anseios,
- considerando que as classes exploradoras e os seus lacaios, continuam impunemente a usufruir de posições previligiadas, sem que até ao momento tenha sido abalada a sua situação económica,
- considerando ainda, todo o recrudescer da actividade contra revolucionaria, tendente a encaminhar o país para o caos económico e consequentemente político, com vista a levá-lo para um sistema ainda mais repressivo que o anterior ao 25 de Abril de 1974, do estilo do Chile,

os trabalhadores do Grupo CUF exigem dos órgãos do poder político, uma acção decisiva e enérgica nos pontos da seguinte moção:

#### MOÇÃO

- 1 - Imposição à Assembleia Constituinte da tarefa exclusiva de elaborar uma Constituição que sirva os interesses da classe operária e restantes trabalhadores.
- 2 - Dissolução efectiva de partidos ou movimentos partidários, declaradamente contra revolucionários, caso de PDC, CDS e PPD.
- 3 - Demissão imediata do Governo de coligação, incapaz de governar de acordo com os interesses e aspirações da classe operária e restantes trabalhadores e sua substituição por um governo unitário e patriótico.

4 - Imposição ao ~~governo~~ governo a formar, de no prazo de um mês, elaborar o projecto verdadeiramente socialista (do socialismo científico) da planificação económica e da reestruturação do aparelho fascista e burocrático do estado e criação em sua substituição de um aparelho popular.

5 - Política efectiva e imediata de austeridade às classes mais favorecidas com promulgação urgente de leis revolucionarias. Extinção do oportunismo que campeia, com medidas severas, essencialmente de aspecto económico.

Avanço decidido para a construção da sociedade sem classes e ao fim da exploração do homem pelo homem

6 - Resolução imediata da reforma agrária. Apoio concreto aos anseios e necessidades dos camponeses e recondução agrária imediata. Actuação decisiva sobre os "senhores da terra" e entrega desta aos seus verdadeiros donos - o POVO PORTUGUES.

Política imediata de produção dos bens alimentares, necessários ao consumo do Povo Português.

7 - Estabelecimento a nível nacional do rendimento familiar maximo. Promulgação de leis obrigatórias e punitórias aos infractores

8 - Reconstituição progressiva da economia com o reequilíbrio da balança de pagamentos, acabando de vez com a importação de artigos que não os de necessidade básica.

9 - Nacionalização imediata do comercio externo.

10- Nacionalização imediata dos meios de produção

11 - Promulgação duma lei verdadeiramente revolucionária, de reforma urbana.

12 - Redistribuição da riqueza nacional (quando for possível) sempre beneficiando em primeiro lugar, as classes mais desfavorecidas, isto é, camponato e proletariado não urbano.

13 - Actuação imediata e concreta sobre os capitais estrangeiros ainda existentes e fundamentalmente sobre as multinacionais .

14 - Abertura imediata de pedido de auxilio aos países socialistas e países não alinhados, sempre com a salvaguarda da independência nacional.

PROPOSTA

Considerando que os médicos estão a fazer uma total sabotagem às consultas na Previdência, isto com o abandono dos Postos, e à recusa de trabalharem nas horas em que os Postos estão abertos no seu horário normal de trabalho, exige medidas urgentes e Revolucionárias.

Considerando tal gravidade, só há um caminho a seguir.

1º - Socialização total da Medicina

2º - Nacionalização dos Laboratórios de Produtos Farmacêuticos

3º - Para que os Trabalhadores tenham uma Assistência devidamente programada durante o dia e para que se evite estarem grande número de Trabalhadores da Previdência muitas horas de inactividade as quais são pagas pelos Trabalhadores é esta a única medida urgente a seguir.

Assina: António Carvalho

Da: Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF

Para: Sr. Primeiro Ministro

Conselho Superior da Revolução

Srs. Ministros sem Pasta

Sr. Ministro do Planeamento e Coordenação Económica

Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia

Sr. Ministro do Comércio Externo e Turismo

Sr. Ministro dos Assuntos Sociais

Mesa da Assembleia do MFA

Realizou-se no passado sábado, 5.7.75, no Barreiro, um Plenário de Comissões de Trabalhadores de Empresas deste Grupo com a Ordem de Trabalhos já divulgada na Imprensa e que se junta em anexo (1). Devido à extensão dessa Ordem de Trabalhos, e à importância do ponto 4 da mesma, foi este ponto tratado antes do ponto 3 que ficou adiado para novo Plenário.

Assim, com base na análise que a seguir se transcreve, foram tomadas as resoluções que constam dos documentos em anexo e que dizem respeito a assuntos da competência das entidades acima designadas.

A N Á L I S E

O grande capital monopolista é um inimigo mortal da classe operária e dos trabalhadores em geral; a luta de morte que se trava entre eles só pode saldar-se pela completa vitória dum ou doutro; sobre isto ninguém tem dúvidas.

Aqueles que dizem que há mais que uma via para o Socialismo e que pensam poder recuperar a burguesia para o processo revolucionário, não fazem mais do que enganar o Povo.

Para nós, a questão é clara: ou nós conseguimos liquidar o poder monopolista, ou a burguesia, servindo-se desse poder, acabará por recuperar o terreno perdido, banhando o Povo em sangue. Por isso, a luta anti-monopolista e anti-capitalista, é uma fase e uma parte importante da luta mais geral da classe operária e dos

seus aliados pela conquista do poder; e isto, porque o grande capital monopolista é o suporte material do poder burguês, do fascismo e da contra-revolução; ele aparece sempre ligado aos golpes reaccionários, de braço dado com o imperialismo; ele financia os grupos contra-revolucionários e os partidos fascistas, social-democratas e falsos socialistas; ele está na origem de todos os grupos e associações de fachada que tentam a reorganização do capitalismo e que planeiam a continuação da opressão e da exploração.

No caso concreto do Grupo CUF, esta luta reveste-se de uma importância fundamental.

E isto, por várias razões:

1. O Grupo CUF foi, e continua a ser, o principal sustentáculo do poder burguês, do fascismo e da contra-revolução.
2. Apesar de se dizer que estamos a caminho do Socialismo, o maior Grupo monopolista português encontra-se ainda de pé, praticamente intacto e dele pode servir-se a burguesia e o imperialismo para desencadear contra os Trabalhadores e o Povo Português todas as suas manobras reaccionárias.
3. Porque: numa altura em que a Coligação Governamental, sofrendo de graves contradições, incapaz de governar de acordo com as justas aspirações da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sem a mínima autoridade revolucionária para o fazer; numa altura em que o Conselho da Revolução hesita perante as chantagens do imperialismo e da social-democracia, deixando, no Plano de Acção Política uma fresta que permitiu às forças reaccionárias tomar folego, reorganizar-se e aproveitar-se dessa hesitação para tentar obter cedências, como viria a verificar-se nos casos REPUBLICA e RADIO RENASCENÇA; numa altura em que, ainda aproveitando-se das contradições no seio do Conselho da Revolução, as forças contra-revolucionárias e oportunistas se coligam para sabotar a luta política da classe operária e seus aliados pelo poder; colocando-se aberta e públicamente contra a única garantia das forças progressistas

para a construção do Socialismo - a democracia popular! E isto, sem falarmos na vergonhosa fuga dos pides de Alcoentre! Por tudo isto, repetimos, torna-se mais importante do que nunca que os Trabalhadores assumam posições inequívocas que permitam, duma vez por todas, clarificar a situação política e avançar decididamente e a passos firmes para o Socialismo.

Não restando dúvidas de que temos de acabar com o poder do monopólio CUF, põe-se a questão de como fazê-lo. E aqui punham-se duas hipóteses:

- 1ª. Definir previamente a forma e os sectores a nacionalizar, transformar em cooperativas, autonomizar, etc. e actuar posteriormente.
- 2ª. Nacionalizar, desde já, o Grupo CUF na sua totalidade e realizar 'à posteriori' a sua socialização integrada no processo de planeamento geral da economia portuguesa.

Tendo iniciado o nosso trabalho na perspectiva da primeira hipótese, depressa chegámos à conclusão que essa não seria a melhor solução, pois nunca mais conseguiríamos atingir os nossos objectivos, até porque os responsáveis do Grupo, nomeadamente os Mellos, detêm tantos segredos, tanto poder de decisão e tão largo campo de manobra, que nunca o conseguiríamos.

Além disso, os acontecimentos políticos das últimas semanas mostram-nos que o momento não é de 'paleativos', mas de medidas sérias e ousadas, até porque verificámos que estávamos a 'embarcar' precisamente naquilo que os Mellos queriam, ou seja, numa nacionalização a conta-gotas, o que veio a confirmar-se com a descoberta dos documentos que lá foram denunciados.

Parece-nos, portanto, que a única medida correspondente aos reais interesses da classe operária e dos restantes trabalhadores; a única que permite cortar de vez as veleidades do capital e das forças reaccionárias suas aliadas; a única que permite o avanço decisivo para o Socialismo científico; a única que permite uma planificação da economia - única saída para a grave situação económico-financeira que atravessamos; a única medida, repetimos, é a nacionalização imediata de to-

do o Grupo CUF. Esta nossa opinião foi amadurecida com o contacto com cerca de 50 Comissões de Trabalhadores que, maioritariamente, optaram claramente pela nacionalização imediata.

Quando defendemos a nacionalização, temos a consciência de que as nacionalizações não operam a transformação do capitalismo em socialismo, pois o poder político ainda não se encontra nas mãos da classe operária; e não será a luta pela nacionalização que nos desviará da luta pelo poder político. Entendemos, porém, que, por enfraquecerem o domínio económico e político da burguesia, por serem um contributo para a democratização e socialização da economia, por serem a única forma de se partir para um sistema de economia planificada - base material da sociedade socialista - por tudo isto, consideramos que as nacionalizações são uma medida progressista.

Mas, temos, também, a consciência de que não basta nacionalizar!

As nacionalizações, por via do poder de Estado, deverá corresponder o controle da produção por parte dos trabalhadores.

Parece-nos que convem desde já alertar para os seguintes pontos:

1. As nacionalizações terão de ser efectuadas segundo os interesses patrióticos da classe operária e não segundo os da burguesia. Portanto, devemos tomar precauções no sentido de não permitirmos desvios a esses interesses, o que poderá, eventualmente, acontecer com a infiltração de agentes da burguesia nas Comissões Administrativas ou, até, nas próprias fileiras das organizações dos Trabalhadores.
2. Obedecendo as nacionalizações aos interesses dos explorados, estes não podem permitir que a burguesia seja indemnizada, pois já são mais do que suficientes os longos anos em que ela viveu como parasita dos explorados. O Socialismo não permite parasitas!

3. Temos, ainda, de estar vigilantes, no sentido de a burguesia não vir a recuperar a sua posição por intermédio da burocracia estatal (visto que o aparelho de Estado não é ainda um aparelho de Estado Popular) vindo, no futuro, a virar contra os próprios Trabalhadores as medidas que estes agora decidirem adoptar.
4. Finalmente, parece-nos fundamental, que o Governo se decida por medidas ousadas em todos os restantes sectores da Economia Nacional, não deixando à burguesia qualquer sector base, caso contrário, como acontece em muitos países 'sociais-democratas' por esse mundo fora, teremos em Portugal novos Grupos CUF dentro de pouco tempo.

No prosseguimento do trabalho que esta Comissão Coordenadora tem vindo a desenvolver, deve pela sua importância, destacar-se o seguinte:

Com base na afirmação feita na análise anterior que 'não basta nacionalizar', tem esta Comissão vindo a desenvolver reuniões com Comissões de Trabalhadores de empresas por sector de actividade. Chegou-se, assim, por consenso, quase geral, à necessidade de criar Comissões Nacionais por ramo de actividade, com vista não só à resolução dos problemas sectoriais como também à sua integração - como órgãos verdadeiramente representativos dos Trabalhadores - no órgão de coordenação estatal que terá como finalidade a planificação e coordenação da Economia Nacional.

Assim, as resoluções tomadas neste Plenário constam das Moções em anexo:

Anexo (2)      Aprovada com duas abstenções, sem votos contra.

Anexo (3)      Aprovada por aclamação, devendo ficar como adenda ao ponto 1 do Anexo (2).

Anexo (4) Aprovada por aclamação na generalidade e especialidade.

Anexo (5) Aprovada por aclamação.

Ficam, assim, expressos os objectivos que se propõem os Trabalhadores do Grupo CUF, pelos quais lutarão até à sua completa satisfação.

Lisboa, 5 de Julho de 1975

A COMISSAO COORDENADORA INTERCOMISSOES  
DE TRABALHADORES DO GRUPO CUF